



Criação de FGM não deve reduzir a necessidade de revisão da política monetária que continua sufocante para o sector privado

- Um Fundo de Garantia Mutuária (FGM) está a ser constituído como parte das 20 medidas apresentadas pelo Executivo em Agosto de 2022, com o objectivo de promover a aceleração económica. No entanto, é importante reconhecer que o fundo por si só não é suficiente para resolver os desafios de financiamento enfrentados pelas Pequenas e Médias Empresas (PME) moçambicanas.



PAE
PACOTE DE MEDIDAS DE
ACELERAÇÃO ECONÓMICA

“



Embora o financiamento a taxas acessíveis por meio do futuro FGM seja um passo importante, ele poderá marginalizar parte significativa do sector privado e limitar o alcance do objectivo de acelerar a economia. Para enfrentar efectivamente esses desafios, o Banco Central deve rever a postura demasiadamente restritiva da política monetária e melhorar a coordenação com o Ministério da Economia e Finanças.

”

Dentro de aproximadamente quatro meses, o Gabinete para a Coordenação das Reformas Económicas (GCRE), braço executivo do Ministério da Economia e Finanças (MEF), poderá concluir o processo de constituição do tão esperado Fundo de Garantia Mutuária (FGM).

Trata-se de uma promessa feita em resposta a um dos principais obstáculos relatados pelas PME moçambicanas, nomeadamente o fraco acesso e o elevado custo do financiamento. Será o primeiro FGM criado pelo Governo de Moçambique e estima-se que, numa fase inicial, estará avaliado em 250 milhões de dólares americanos. O Executivo está optimista em relação a esta reforma, na medida em que antevê que os bancos disponibilizem, como resultado, mais recursos financeiros a taxas de juro mais acessíveis em relação àquelas que são normalmente aplicadas no sistema financeiro nacional – consideradas como sendo das mais elevadas do continente africano.

O problema de fraco acesso ao crédito em Moçambique resulta da posição monetária restritiva adoptada pelo Banco Central desde o início de 2021, que resultou no agravamento custo dos empréstimos bancários para posições avassaladoras, tornando quase impossível a obtenção de um empréstimo para investimento viável.

Vale lembrar que o FGM é introduzido como uma das 20 medidas do Pacote de Aceleração Económica (PAE), instituído em 9 de Agosto de 2022 em resposta às fragilidades estruturais da economia em um contexto de sucessivos choques internos e externos. Os choques incluem os efeitos das mudanças climáticas, o extremismo violento no norte do país, a pandemia da COVID-19 e, mais recentemente, o conflito na Ucrânia.

Apesar da introdução do FGM ser uma medida ser positiva, este artigo defende que não será suficiente para o fundo, por si só, estabelecer bases suficientes para reactivar a economia como pretendido, sendo, portanto, necessário a actuação da política monetária para rever a posição financeira no sector bancário.

“

Trata-se de uma promessa feita em resposta a um dos principais obstáculos relatados pelas PME moçambicanas, nomeadamente o fraco acesso e o elevado custo do financiamento. Será o primeiro FGM criado pelo Governo de Moçambique e estima-se que, numa fase inicial, estará avaliado em 250 milhões de dólares americanos. O Executivo está optimista em relação a esta reforma, na medida em que antevê que os bancos disponibilizem, como resultado, mais recursos financeiros a taxas de juro mais acessíveis em relação àquelas que são normalmente aplicadas no sistema financeiro nacional – consideradas como sendo das mais elevadas do continente africano.

”

Empresas atravessam restrição de crédito em momentos de fraca actividade económica



Créditos: Club of Mozambique

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que o Indicador de Clima Económico (ICE) tem apresentado sinais negativos, significando desempenho económico desfavorável. Esse resultado é ditado pelas perspectivas de demanda e emprego, que vêm registando quedas consecutivas. A demanda atingiu o menor nível dos últimos três trimestres, enquanto o indicador de perspectiva de emprego continuou em queda em relação ao trimestre anterior, mantendo ambos os saldos abaixo da média de suas respectivas séries históricas.

Enquanto o sector empresarial vem operando aquém do seu potencial, as políticas restritivas adoptadas pelo Banco Central restringem ainda mais a procura e impedem o acesso das empresas a recursos financeiros para investimento por meio de aumentos nas taxas de juro.

Este facto já foi diversas vezes apresentado pelas empresas, tanto que a na cerimónia de abertura

do IX Conselho de Acompanhamento do Ambiente de Negócios (CMAN), a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), em representação do sector privado, disse que a taxa de juro de referência aplicada no quadro da política monetária, além de elevar o custo do financiamento e reduzir as facilidades de acesso para as PME, constitui uma barreira que impede a competitividade do sector empresarial.

O Banco Central já teve espaço para baixar as taxas de juro¹ e actuar através de medidas não convencionais de política monetária para estimular a procura agregada e o emprego. No entanto, o regulador preferiu manter-se rígido nos cortes de taxas de juro, assumindo uma posição de super-proteccionismo.

A principal crítica ao modelo adoptado pelo Banco Central tem que ver com o facto de que, mesmo em períodos de ameaças de choques inflacionários causados por estrangulamentos na oferta

¹ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/05/Banco-de-Mocambique-deve-reduzir-as-taxas-de-juro-de-referencia-para-estimular-a-recuperacao-economica.pdf>

de bens e serviços, o Comité de Política Monetária (CPMO) não hesita em contrair o lado da procura agregada, forçando um nível de preços mais baixo, ignorando as implicações para o sector privado e o emprego.

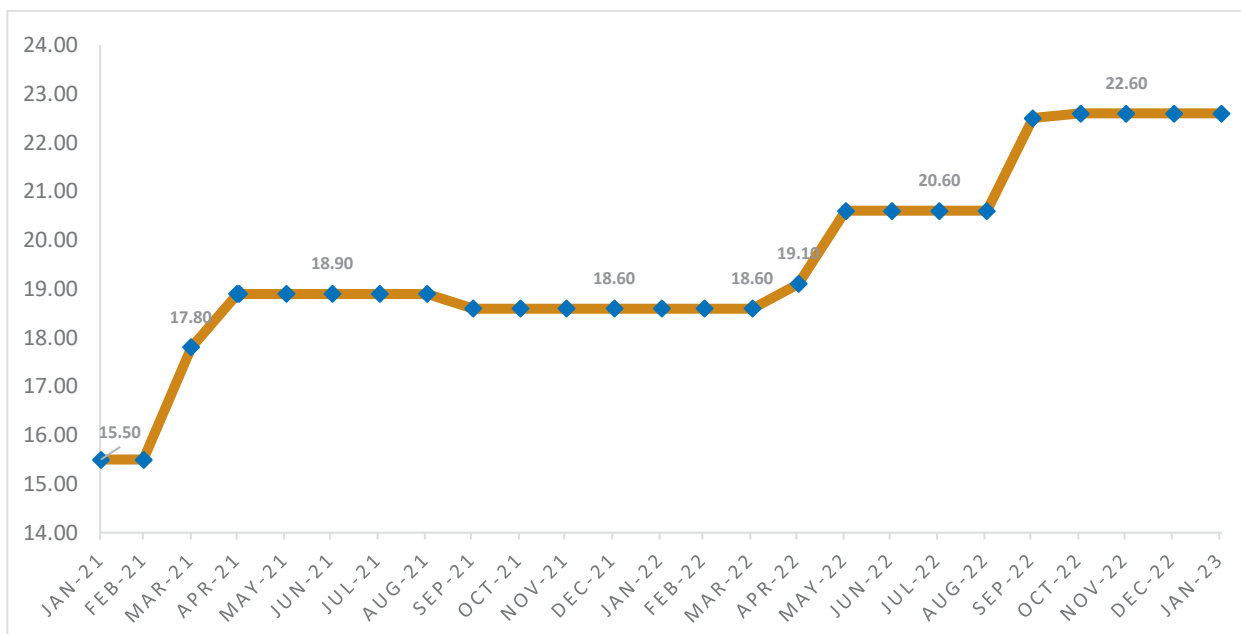
Mais preocupante ainda é a acção descoordenada entre a política monetária e a fiscal. Num contexto em que a inflação é um problema global e que o Banco Central subiu as taxas a níveis históricos, as actuais contas do Estado tem registado aumentos significativos nas despesas de funcionamento, principalmente com salários e ordenados, resultantes da implementação da Tabela Salarial Única (TSU), actuando em contrariedade com os objectivos de estabilidade de preços. Essa pressão sobre as despesas correntes deverá aumentar ainda mais durante o ano corrente², fruto dos ajustamentos em curso na TSU, do aumento da necessidade de recursos para fazer face aos impactos dos choques climáticos, bem como das despesas com

bens e serviços associados aos processos eleitorais.

Esta também em causa o uso excessivo da dívida pública interna, com os encargos de dívida a registarem uma grande subida devido à natureza dos empréstimos internos - que são altamente onerosos. A previsão é de que as fontes internas de financiamento fiquem mais pressionadas no curto prazo, dado o acesso limitado a fontes externas e o fraco desembolso de recursos pelos parceiros de cooperação³.

Como resultado dessa contrariedade das políticas monetária e a fiscal, o Banco de Moçambique actua de maneira ainda mais restritiva. Como se pode observar no gráfico abaixo, a *prime rate* - taxa única de referência para as operações de crédito de taxa de juro variável - subiu de 15,5% para 22,6%, evidenciando um salto na ordem de sete pontos percentuais. Esta taxa está no *ranking* das 10 maiores taxas de empréstimos no continente africano.

Gráfico: Prime Rate (Jan 2021 – Jan 2023)



Foi por isso que o sector privado solicitou ao Governo urgência na criação do FGM para melhorar o acesso a opções de financiamento e diversificar as condições financeiras do sector empresarial. Embora se espere que as baixas taxas de juro do futuro FGM sejam benéficas, evidentemente não

serão suficientes para atender às necessidades de financiamento de boa parte das PME no país.

Para atingir os seus principais objectivos, o Governo deve priorizar a coordenação entre as políticas fiscal e monetária, bem como a revisão da actual posição da política monetária. Afinal, o Ban-

² BM. (2023). Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação. Maputo: Banco de Moçambique .

³ Idem

co de Moçambique já prometera no ano passado que, de forma gradual, retomaria as taxas a um dígito, na sequência da retoma da ajuda externa pelos parceiros de cooperação. Esta promessa deve

passar para um plano de acção concreto, porque o que se tem assistido é um cenário totalmente oposto, com taxas impulsionadoras da fraca actividade económica e desemprego.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Dimas Sinoia
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS PROGRAMÁTICOS



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

